

As origens do liberalismo: liberdade, autoridade e propriedade no pensamento político do século XVII

Javier Amadeo¹

I

O pensamento político inglês do século XVII se constitui como um elemento fundamental na transição para perspectivas políticas modernas, das quais uma de suas marcas essenciais é o surgimento da consciência cívica. A essência desta alteração encontra-se no desenvolvimento de uma consciência da dimensão pública na vida social. A idéia de consciência cívica se refere à percepção de que existe uma ordem pública, de que a ordem social é um espaço de problemas e propósitos compartilhados, e na problematização desse reconhecimento como central na discussão política. O desenvolvimento desta visão cívica expressa uma alteração radical em relação ao pensamento político dominante. Implica não só um contexto político novo, mas fundamentalmente uma reestruturação profunda nas concepções relativas à natureza e ao propósito da autoridade política, uma redefinição total nos deveres e obrigações dos cidadãos, e uma mudança radical no foco das lealdades e dos interesses².

Sem dúvida o intenso conflito político, social e religioso pelo qual passou a Inglaterra durante este século foi uma precondição indispensável na redefinição dos problemas políticos da época. Um dos elementos centrais no surgimento dessa consciência cívica na história inglesa radica na controvérsia constitucional nas décadas que precederam a guerra civil. O ponto crucial foi uma dramática reestruturação da visão política no meio de uma crise profunda, e o que emergiu deste prolongado debate foi uma definição radicalmente nova dos direitos e deveres do cidadão, o que por sua vez envolvia concepções novas de autoridade política legítima. A gravidade da crise provocou uma profunda exploração e experimentação intelectual, dando lugar ao

¹ Licenciado em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado no Departamento de História da mesma instituição e Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

² Cf. Hanson, 1970: 1.

surgimento de idéias e conceitos que se transformariam em dominantes no pensamento e no discurso políticos modernos.

Um dos problemas, e desafios, centrais para o estudioso é entender como surgiu a consciência cívica em um ambiente intelectual dominado por conceitos jurídicos e teológicos. A Inglaterra do período podia ser definida como um *corpus mysticum*, isto é, como uma comunidade de razão apta para reconhecer as leis racionais e uma comunidade de experiência adequada para seguir um conjunto de costumes transmitidos pela tradição; não era uma comunidade de ação em que os cidadãos participavam das decisões do governo³. Foi a partir do colapso da autoridade política e da guerra civil que diferentes elementos de tradições discursivas distintas puderam se desenvolver, dando lugar ao surgimento da consciência cívica. Como afirma Pocock, a dissolução *de facto* do governo neste processo foi central porque colocou a necessidade de pensar a forma de governo que devia substituí-la, colocando uma série de problemas políticos, éticos, religiosos e legais em relação às obrigações do súdito e em relação ao direito do governo de exigir obediência. Neste momento de aguda crise política, e em meio a um quadro conceitual complexo, as diferentes doutrinas tentaram refletir, nas linguagens da lei – civil e natural –, do humanismo e da apocalíptica, sobre uma série de problemas teóricos em relação a: direito, propriedade, revolução, natureza e conhecimento, e a relação entre autoridade política e obrigação (Pocock, 1996a: xii).

Uma forma particular de articulação entre autoridade, liberdade e propriedade tem sido particularmente importante no pensamento político moderno, o liberalismo, a análises desta tradição política é o objetivo central do presente trabalho.

II

Um dos elementos centrais para entender as origens do liberalismo está relacionado com as importantes mudanças ocorridas no século XVII nos modos de apropriação e exploração da propriedade. Um dos temas centrais na história do pensamento político é como estas mudanças se expressavam na consciência política do período.

³ Cf. Pocock, 2003a.

Como afirma Pocock, alguns autores do período fundaram suas explicações da crise política de metade do século XVII na percepção das mudanças nas relações de propriedade. Porém afirmar que estavam ocorrendo mudanças nas relações de propriedade, e sustentar que poucos autores perceberam isso; e que aqueles que não o perceberam refletiam, no entanto, as mudanças ainda sem percebê-las parece ser insuficiente e inexato. Os mecanismos pelos quais a consciência política do momento consegue captar esse tipo de mudança social parecem ser mais complexos. Principalmente porque esse tipo de mudança nunca havia sido observado anteriormente, é possível pensar que existiam razões inerentes aos padrões de pensamento que levaram algumas pessoas a percebê-la, no entanto estas razões podiam se relacionar de forma direta ou, particularmente, de forma indireta às mudanças que estavam acontecendo (Pocock, 2003c: 111).

No seu texto clássico *A teoria política do individualismo possessivo*, Macpherson procura buscar as raízes do liberalismo na teoria e prática política na Inglaterra do século XVII inglês; segundo o argumento do autor foi no decorrer da prolongada luta no Parlamento, da guerra civil, a experiência republicana, a restauração monárquica e a revolução constitucional final que evoluíram todos os princípios que viram a ser básicos para o liberalismo.

Uma das hipóteses centrais do livro parte da idéia que o pensamento político do século XVII era fundamentalmente afetado pelo crescimento de uma percepção da propriedade como algo negociável no mercado. Este elemento central se expressa em uma qualidade possessiva que se encontra na concepção do indivíduo como “sendo essencialmente o proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por ela”. As relações de propriedade tinha se tornado fundamental para um número cada vez maior de indivíduos, e eram estas que determinavam a liberdade real e a possibilidade de realização das potencialidades do indivíduo “Achava-se que o indivíduo é livre na medida em que é proprietário de sua pessoa e suas capacidades” (Macpherson, 1979: 15). Nesta interpretação a liberdade existia fundamentalmente no exercício da posse; e a sociedade se tornava uma relação entre indivíduos livres e iguais, relacionados como proprietários de suas próprias capacidades e suas posses. A sociedade política, por sua vez, tornava-se uma instituição

construída essencialmente para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de uma sociedade baseada na troca de mercadorias⁴.

Macpherson construiu um modelo das conseqüências sociais e políticas de um conjunto de pressupostos mercantilistas e, testou a presença de elementos deste em vários pensadores do século XVII – Hobbes, *Levellers*, Harrington e Locke – concluindo que os elementos encontrados permitiam justificar a hipótese de que as premissas mercantilistas eram um determinante constante do pensamento desse período. Como afirma Pocock esta conclusão colocada por Macpherson não parece ser dialética o bastante, parece como se o pensamento político do período expressasse de forma precisa e sem mediações o que estava acontecendo; talvez seja necessário pensar em uma forma mais complexa e sutil do funcionamento da consciência histórica. Uma alternativa seria partir do pressuposto de que existiam vários tipos de indivíduos possessivos e de que havia um debate em andamento acerca dos vários modos de propriedade e individualidade; desta forma o resultado poderia ser uma descrição mais dialética e menos reducionista do pensamento político do período. Em particular Pocock coloca dúvidas com relação à interpretação de Harrington, porque neste autor era possível perceber dois modelos de relação de propriedade, um definido pela presença do domínio militar subordinado e outro por sua ausência, e o mercado não aparecia como elemento central na diferenciação (Pocock, 2003c: 111-2).

O problema é que o modelo de mercado de Macpherson parece explicar somente um grupo de fenômenos e não responde pelos fenômenos contrários. Parece que tanto os antiliberais socialistas quanto os clássicos têm estado tão obstinados com a localização do homem econômico que levaram em conta somente os fenômenos que indicam sua presença como o resultado de que, em algum ponto do século XVIII ou do XIX deve ser possível encontrar o momento em que o homem político morre e o homem econômico toma seu lugar.

Como afirma Pocock (2003c) parece ser que o ideal clássico simplesmente não morreu, que ele foi retomado com a grande recuperação da aristocracia que marca o final do século XVII e início do XVIII, resultando em que a questão da propriedade foi discutida no contexto político da autoridade versus liberdade. A propriedade era a base da personalidade, mas o duro teste da personalidade era saber se o que ela mais requeria

⁴ Cf. Macpherson, 1979: 15-6.

era ser afirmada na liberdade ou governada pela autoridade. Quando surgiram modos de propriedade que não privilegiavam a virtude política, eles sugeriram liberdade privada e soberania política, e, sob esse aspecto, o paradigma antiliberal se sustenta bem. Mas o surgimento de um indivíduo convertido por sua propriedade em não-político e não-virtuoso gerou terríveis problemas conceituais. Pela metade do século XVIII tinha surgido o indivíduo historicamente problemático, que não podia nem retornar à antiga virtude nem encontrava meios de substituí-la completamente. Ele já se fazia presente, desconfortável, mas efetivamente ocupando o palco da história, antes que o homem econômico clássico, o homem norte-americano democrático ou o homem alemão dialético e, em seu devido momento, o socialista, tivessem entrado em cena para sugerir maneiras de escapar a esses problemas ou de resolvê-los. Claro que podemos encontrar nesse cenário filosofias liberais altamente sistemáticas, surgindo de tempos em tempos. Mas elas sempre aparecem em resposta a problemas que nem todos se sentiam convencidos de que tinham sido resolvidos, e podemos vê-las tanto como incidentes quanto como pontos críticos na história da consciência social. Não pretende questionar tanto a realidade histórica do “liberalismo” ou do “individualismo possessivo” quanto questionar as interpretações “liberais” da história, em que tudo gira em torno, aproximando-se ou distanciando-se, de uma dominação monolítica de idéias “liberais” em algum ponto de século XIX.

O que aconteceu no século XVIII não parece ter sido uma transformação unidirecional do pensamento, no sentido de uma aceitação do homem “liberal” ou mercantil, mas um acerbo, consciente e ambivalente diálogo. Resta agora, portanto, uma análise cuidadosa dos autores do período para entender como tem acontecido esse diálogo ambivalente. Esse será o ponto central a ser desenvolvido no texto.

Bibliografia:

ASHCRAFT, Richard. *Revolutionary Politics & Locke's Two Treatises of Government*. Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 1986.

AYLMER, G. E. (ed). *The Interregnum. The Quest for Settlement, 1646-1660*. London e Basingstoke: The Macmillan Press Ltd., 1972.

BALL, T.; FARR, J. e HANSON, R. L. *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

- BRETT, Annabel S. "The development of the idea of citizen's rights". In: SKINNER, Quentin e STRÅTH, Bo. *States and Citizens. History, Theory, Prospects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BURNS, J. H. *The Cambridge History of Political Thought 1450-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DAGGER, Richard. "Rights". In: BALL, T.; FARR, J. e HANSON, R. L. *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- DUNN, John. *Political Obligation in its Historical Context. Essays in Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- DUNN, John. *The Political Thought of John Locke. An Historical Account of the Argument of the 'Two Treatises of Government'*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- FINNIS, John. *Natural law and natural rights*. Oxford: Clarendon (1980) 2005.
- HANSON, Donald W. *From Kingdom to Commonwealth. The Development of Civic Consciousness in English Political Thought*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970.
- HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça. Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras (1972) 2001.
- HILL, Christopher. *Puritanism and Revolution. Studies in Interpretation of the English Revolution of the 17th Century*. New York: St. Martin's Press, 1997.
- HILL, Christopher. *Los orígenes intelectuales de la revolución inglesa*. Barcelona: Editorial Crítica (1965) 1980.
- LASLETT, Peter. "Introdução". In: LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo. De Hobbes a Locke*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. *Citizens to Lords. A Social History of Western Political Thought. From Antiquity to the Middle Ages*. London-New York: Verso, 2008.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. *A Trumpet of Sedition. Political Theory and the Rise of Capitalism 1509-1688*. New York: New York University Press, 1997.
- PLUMB, J. H. *The Growth of Political Stability in England, 1660- 1730*. London Macmillan, 1967.
- POCOCK, J. G. A. *The Maquiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton-Oxford: Princeton University Press (1975) 2003a.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003b.
- POCOCK, J. G. A. "Autoridade e propriedade. A questão das origens do liberalismo". In POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003c.

- POCOCK, J. G. A. “Virtudes, direitos e maneiras. Um modelo para historiadores do pensamento político”. In POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003d.
- POCOCK, J. G. A. “Introduction”, In: HARRINGTON, J. *The Commonwealth of Oceana*, ed. POCOCK, J. G. A. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.
- POCOCK, J. G. A. “Interregnum and Restoration”. In: POCOCK, J. G. A. *The Varieties of British Political Thought, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.
- POCOCK, J. G. A. *Politics, Language & Time. Essays on Political Thought and History*. Chicago-Londres: The University of Chicago Press, 1989.
- POCOCK, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. Cambridge: Cambridge University Press (1957) 1987.
- SHARP, A. “Introduction”, In: SHARP, A. (ed.) *Political Ideas of the English Civil Wars 1641-1649*. Londres: Penguin Books, 1983.
- SKINNER, Quentin. *Hobbes and Republican Liberty*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SKINNER, Quentin. “History and Ideology in the English Revolution” In: *Vision of Politics, Vol. III. Hobbes and Civil Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP-Cambridge University Press, 1998.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras (1978) 2009.
- SKINNER, Quentin. “Conquest and Consent: Thomas Hobbes and the Engagement Controversy”. In: Aylmer, G. E. *The Interregnum. The Quest for Settlement 1646-1660*. Londres: Macmillan, 1972.
- STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa 1529-1642*. Bauru: EDUSC (1972) 2000.
- TUCK, Richard. “Grotius and Selden”. In: BURNS, J. H. *The Cambridge History of Political Thought 1450-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- TUCK, Richard. *Natural Rights Theories. Their Origin and Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WOODHOUSE, A. S. P. *Puritanism and Liberty. Being and Army Debates (1647-9) from the Clarke Manuscripts*. Chicago: J. M. Dent & Son Ltd London, 1974.
- WOOTTON, David. “Leveller democracy and the Puritan Revolution”. In: BURNS, J. H. *The Cambridge History of Political Thought 1450-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- ZAGORIN, Perez. *A History of Political Thought in the English Revolution*. Bristol: Thoemmes Press (1954) 1997.